

DISPOSITIVOS ARQUEGENEALÓGICOS: CONTRIBUIÇÕES DE FOUCAULT E BOURDIEU CONTRA AS DESIGUALDADES SOCIAIS E ÉTICAS

ARCHEGENEALOGICAL DEVICES: CONTRIBUTIONS OF FOUCAULT AND BOURDIEU AGAINST SOCIAL AND ETHICAL INEQUALITIES

Claudio Noel de Toni Junior¹

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal de São Carlos- UFSCar
São Carlos – São Paulo – Brasil

Resumo: O conceito de sustentabilidade vai além da riqueza. Ela mostra dificuldades de viver em uma sociedade necropolítica que faz do gênero uma variável global de relações internacionais subjetivas e que necessita de políticas públicas inclusivas. Foucault e Bourdieu se entrelaçam em caminhos da biopolítica e do neocolonialismo de pessoas que possuem direitos e garantias, de corpos marginalizados. Estes corpos devem ser dispostos no apagamento de uma escola, na prisão, no afastamento de pessoas que detêm e faz crescer o capital social e humano, pela higiene, pelo poder das normas e pelas resistências do não aceitar o que se impõe. O objetivo do artigo é comparar as contribuições de Foucault e Bourdieu no tocante a quem são as pessoas aptas a viver e as que se podem deixar morrer sem ninguém as reclamar.

Palavras-Chave: Foucault. Bourdieu. Dispositivos de desigualdades. Deixar Viver ou Fazer Morrer.

Abstract: The concept of sustainability goes beyond wealth. It shows the difficulties of living in a necrolytic society that makes “gender” a global variable in subjective international relations and that requires inclusive public policies. Foucault and Bourdieu intersect in pathways biopolitics, and neocolonialism of those who possess rights and guarantees, of marginalised bodies. These bodies are disposed to the erasure of an educational institution, in prisons, and through the isolation of those who hold and increase social and human capital. This is accomplished through the enforcement of norms, hygiene, and the resistance against accepting what is imposed. The objective of the article is to compare the contributions of Foucault and Bourdieu related to those people who are able to live and those who can let themselves die without anyone claiming them.

Key-words: Foucault. Bourdieu. Inequality devices. Let live or make die.

DOI:10.29327/2293200.15.2-3

Recebido: 22/11/2023

Aprovado: 15/05/2024

Considerações iniciais

Foucault (2003) retoma as formas que foram o sustentáculo da Revolução Industrial inglesa e da modernização das cidades francesas que se tornam grandes metrópoles da

¹ Juniortoni100@gmail.com
Orcid: 0000-0001-5374-8475

Europa e que exigiram das instituições uma série de normas para o Estado se desenvolver e trazer para seus cidadãos bem-estar e qualidade de vida.

Para tanto, era necessário que o Estado-Rei tomasse medidas que pudessem fazer valer a ordem pública, diante de um incipiente mercado interno que demandava mão de obra qualificada com o desenvolvimento das máquinas a vapor de tear e com o advento da máquina cada vez mais especializada e rápida em múltiplas funções, porém, dependente da mão de obra humana, com maior rapidez, habilidade e desenvoltura (Foucault, 2023).

Tem-se na França e na maioria dos países do ocidente do continente europeu, a migração do campo para a cidade nos séculos XVI e XVII e posterior avanço das máquinas nas indústrias. Com isso, o trabalho no campo perde seu valor e tem-se um deslocamento para a cidade em busca de empregos e de subsistência (Bourdieu, 2021a).

Não havia, até um certo momento pela ausência de investimentos no campo, trabalho agrícola para todos, seja pela desorganização do espaço, pelas pestes e, principalmente, pelo aumento das cidades que incorporam parte do rural em sua estrutura, sendo que, o que antes eram imensos espaços de culturas de trigo, por exemplo, passam a ser construídas comunidades urbanas com instituições como escola, igreja, hospital, asilos prisões, casas compartilhadas e uma relação de *habitus* do estilo da boa vizinhança (Foucault, 2014).

Em Bourdieu (2021a), finda na maior parte a separação de distâncias entre uma fazenda e outra. Na ramificação na nova cidade, tem-se pessoas que devem conviver de forma harmônica lado a lado, a metros de distância, o que sobrevive em termos de campesinato: são os solteirões, homens que não conseguiram ir à cidade grande, como Paris, aprender um ofício administrativo e ter aulas de boas condutas, como se vestir bem em ocasiões de festividades, como no baile de fim de ano, com um terno da moda. Ao contrário, vestiam-se na sua simplicidade, pelo seu modo de ser, que não muda por opção ou por falta de oportunidade na sua própria existência.

Bourdieu (2021b) cita a Argélia por experiência própria, por ter estudado e vivido a guerra, ou seja, o cientista e o político se entrelaçam. Já Foucault (2010), um pirotécnico, deixa seu legado, para a formação do biopoder, nos escritos até 1984. Ambos são contemporâneos, por analogia, nas transformações de um mundo em que as

subjetivações mudam de nomes nos tempos precedentes, sem mudar o dispositivo das interdições no corpo das pessoas que estão dentro do padrão normal e aquelas que devem ser regeneradas para serem frutíferas ao biopoder.

Assim, discorre Avelino (2016), o aumento das indústrias, a redução do campesinato, a formação de grandes cidades pela forma da divisão do espaço em que se vive em determinados locais, está no indivíduo que não é útil à sociedade que se propaga na vida neoliberal.

Devem ser homens brancos, heterossexuais, de bons costumes e de boa moral, que trabalhem, que sigam os dogmas da igreja dominante e que sejam amigos do Estado, contra quem não produz o que a sociedade dominante exige. Assim, dentro desta desigualdade de produção subjetiva, pergunta-se onde está a figura do homo transexual.

Esse corpo é colocado à disposição dos psicanalistas e psiquiatras, por conta de sua condição de sexo e gênero. Não se pode casar pelo matrimônio, não gera filhos para a continuação da prole familiar, tampouco será útil ao não ter filhos para a produção da indústria, que necessita, após a morte do pai, que os filhos sigam o processo do capital industrial, ou mesmo o capital de serviços e na produção. Sendo úteis para a burocratização do Estado em ser um representante estatal que fará políticas para aumento do tempo de contribuição previdenciária ou funcionário do fisco para fiscalizar a cobrança de impostos, conforme menciona (Foucault, 2023).

Esta política, que se percebe em Foucault (2010), menciona que a esquerda e a extrema esquerda não conseguem dirimir os problemas das pessoas mais vulneráveis, porque se tem, no neocolonialismo, a redução do papel do Estado na economia. E, algumas vezes, a pessoa deve arcar financeiramente com serviços sociais, cabendo ao Estado apenas fiscalizar o sujeito, por normas e decretos, que devem ser cumpridos, sob pena de fiscalização e vigilância da polícia, do tribunal e da própria sociedade.

Conforme Foucault (2003; 2008), o sujeito que não se insere no mercado do trabalho deve ser separado dos que produzem e seguem as normas do poder, dos considerados “normais”, que não segue a ética moral e cultural da igreja, do Estado e das normas sociais impostas de dizer o que é certo e errado.

Pessoas com deficiência, delinquentes, degenerados, sujeitos indiciados pelo poder de polícia, como homossexuais (pelo higienismo exigido) ou possuidores de alguma forma de contágio de doenças esporádicas, devem ser separados dos demais, levados para longe dos centros das cidades, apagados e esquecidos. Alguns destes possuem a cura e, quando não, por doença em seu óbito, devem ser dispensados em cemitérios longe dos centros do capital e das grandes cidades onde se amontoam grandes populações (Foucault, 2014).

Para Bourdieu (2011), que defende a ciência sociológica e se torna ator político nos anos 1990, a desigualdade entre as pessoas está dentro do *habitus* e da condição subalterna de sua vida pelo *status* de família, se possuem algum diploma de nível superior. Ele destaca a Escola Nacional de Administração na França, que forma jovens burgueses a manter a supremacia familiar e dogmática no poder simbólico.

O simbólico, esta história subjetiva de análise de pessoas no campo e nas instituições cidadinas, o faz um crítico das desigualdades sociais e simbólicas que o leva a análise, no *Collège de France*, a sistemas de desigualdade de natureza, em demonstrar de forma analítica e matemática os pontos que não se encontram na economia, na ciência social e na política.

Apenas com a junção, e não a desagregação, de uma sociedade em detrimento da outra, deve-se colocar o humano no centro das atenções deste novo mundo global neocolonial dos anos de 1990 em diante, com esboço de análise de sistemas de governos e das formas de vidas precárias que reivindicam direitos em uma economia desigual .

Exemplo em décadas distintas é o “Baile dos Solteiros”, em que Bourdieu (2021a) mostra, pela observação, o fim da família aristocrática, a migração para as grandes cidades, a ascensão do burguês e a ampliação da cidade que avança sobre o campo, com pessoas que estão fora das normas da cidade grande, ou seja, os solteiros que, ao fim de suas vidas, sem descendência, deixam as terras para o Estado, que as tornam em concreto e muros e são incorporadas pelas cidades.

Há aspectos de uma sexualidade, em Bourdieu (2021a), nos *habitus* destes solteiros, no casamento, no comportamento com as mulheres que deixam o campo e voltam para a cidade após aprender o comportamento de vida da cidade burguesa e se deparam com estes homens que ficam estagnados no tempo. Mas, dentro de suas

realidades, em não viver o estilo de vida de Paris e Bourdeaux, por exemplo. Esta vontade desajeitada em querer casar, em gostar e não conseguir se expressar, a timidez, os tornam substituíveis pelos pretendentes da cidade.

Na segunda obra, “A Miséria do Mundo”, Bourdieu (1997) mostra, na atualidade de um neocolonialismo e em instituições burocratas, as formas de desigualdade, em que pessoas estão fora da linha de alcance de sequer conseguir financiamento habitacional, formando-se classes burguesas em que alguns possuem muitos e outros pouco ou nada. Ele relata experiências na Argélia e no mundo, na financeirização e na globalização, em que os mercados de países estão conectados e o ser humano se transforma em mero número estatístico para um Estado que quer cada vez mais reduzir seu tamanho e não mais se preocupar com questões sociais.

Assim, o objetivo do artigo é comparar as contribuições de Foucault e Bourdieu, identificando as pessoas aptas a viver e as que se pode deixar morrer sem ninguém as reclamar. A pesquisa está estruturada de forma referencial e bibliográfica, com base em textos e obras de Foucault e Bourdieu, comparando-se as contribuições dos dispositivos de poder e verdade, em Foucault (2004), embasados na metodologia social descritiva e das desigualdades e *habitus* de vulnerabilidades sociais em Bourdieu.

Blaikie (2010) realça a importância de se ter planejamento em uma pesquisa, em se definir métodos e objetivos e a metodologia adequada para alcançar os resultados esperados em um trabalho científico. Sem planejamento antes de iniciar o manuscrito, este se torna confuso ao leitor.

No mundo globalizado atual, conforme Toni Junior (2013), o bem-estar e igualdade social das pessoas em termos de emprego, renda, saúde, habitação e sua relação com o meio ambiente e o acesso ao direito de existir de todos os gêneros, faz com que o conceito de sustentabilidade socioambiental não esteja alicerçado apenas na renda ou nas variáveis sociais.

Sendo necessário dizer se um país é ou não sustentável, termo que precede a renda e o que se entende por desenvolvimento, advém outras prioridades que podem ser realizadas pelas nações em cooperação a nível global como a preservação do meio ambiente e o respeito a igualdade dos gêneros de todas as pessoas com políticas de reconhecimento de direitos, inclusão.

São novas variáveis imprescindíveis para que um país possa ser designado de alto desenvolvimento sustentável. Pode ser feita uma crítica de que antes do advento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mensura renda, saúde e educação, um país era considerado desenvolvido apenas no que tange aspectos de renda e PIB, porém excluindo as vulnerabilidades no contexto social e humano do reconhecimento de direitos mínimos a dignidade humana.

Mesmo com a inclusão de duas variáveis sociais, houve melhores condições para mensurar um país de forma quantitativa. Se uma nação, além da renda, atribui a seus nacionais qualidades de vida social, o advento da sustentabilidade trouxe a modificação a renda. E, o desenvolvimento pela inclusão da sustentabilidade representa uma gama maior de variáveis que atribui bem-estar e satisfação a seus nacionais além dos tratos de diplomacia internacional.

Desta forma, na obra “A coragem da verdade”, Foucault (2011) defende que o poder oprime, que o poder dos discursos existe por meio de dispositivos de força. Porém, a cada momento, há formas de resistências, fazendo com que se possa interpelar os dois autores (Foucault e Bourdieu): ambos abordam a desigualdade social frente às normas impostas, estando a força da liberdade na resistência.

Assim, Foucault e Bourdieu, dois dos maiores estudiosos das sociedades contemporâneas, deixam seus legados para a construção de um mundo ainda desigual em diversas variáveis, como social, ambiental, sexual e da própria existência dos corpos, identificando pessoas dignas de direitos e diferenciando-as das que não possuem ineligibilidade de romper as forças do poder.

Em resumo, este artigo versa que, a riqueza que era a única variável para mensurar se um país era desenvolvido, foi substituído pelo índice de Desenvolvimento humano (IDH), que, além da renda, inclui a saúde e a educação (variáveis sociais + econômica). Logo, percebe-se que os países que possuem mais alto IDH (Noruega, Islândia e Suécia) e não são os Estados Unidos ou a China.

Este artigo informa que há críticas de que o IDH é útil, porém ele deixa lacunas, por não mensurar outras variáveis importantes, como o meio ambiente e a igualdade de gênero, que, denominado de sustentabilidade socioambiental, é o conjunto de indicadores que vai além do IDH, contemplando o meio ambiente e o respeito às

peças não heterossexuais, com destaque para as peças transgêneras (travesti e transexuais). O Brasil é um exemplo, retratado como o país que mais mata peças transexuais no mundo.

Logo, se o meio ambiente e o respeito ao gênero fossem incluídos em um índice como o IDH, países como Estados Unidos, França, Itália e, inclusive, Brasil estariam em situação ainda pior, no que tange à qualidade de vida das nações, ou seja, cairiam no *ranking*, visto que os Estados Unidos é o terceiro país mais letal as peças trans, além do México conforme dados da Benevides (2024).

1. Liberalismo, neocolonialismo e suas variáveis socioeconômicas ao longo da história

As normas de imposição, que aumentam no século XVIII na França e na Inglaterra, têm o intuito de, ao lado da burguesia, da igreja e dos nobres, formar o *habitus* social e cultural, conforme se pode fazer uma analogia, em Foucault (2003), e separar os homens bons dos não produtivos, em contexto de desigualdade social.

Ainda conforme Foucault (2003) predomina o trabalho masculino. Este homem é domesticado a ter relações sexuais apenas para a procriação, de forma sazonal. Nos poucos dias de folga, deve-se recolher a sua casa, educar seus filhos e impor respeito.

As meninas, ser o exemplo para que possam ser mães de família e de retidão e, aos meninos, a vigilância contra a masturbação em abster-se de frequentar lugares, como bares e prostíbulos, não ter amigas para não cair em tentação aos olhos das normas, ir à missa aos domingos, não conversar com peças que possuem a maledicência social de serem homossexuais ou que possuam algum transtorno de ordem psíquica, para o bem de sua micro instituição, qual seja, sua família.

As peças que, por motivos sociais fogem as normas institucionais, estão sujeitas às normas de imposição legal e administrativa de se separar destas peças donas da micro instituição familiar, a citar os que seguem: os loucos, as peças que vagam pelas ruas pedindo esmolas e demonstram aos olhos dos outros não ter vontade de trabalhar. Os que não praticam a religião nos templos, os tímidos sem iniciativa confundidos com pederastas e peças não heteronormais, que, na denominada 'perversão', são flagradas pelos poderes médicos e jurídicos em não ter um sexo-

conduta-moral delineados, em possuir problemas na construção de uma família, devendo ser vigiados a todo instante. (Foucault, 2014).

Com a conquista de países africanos a partir do século XIX, as metrópoles, e este autor fica adstrito a França e a Inglaterra, obtém, ao intervir pela força militar, mão de obra transportada para os países de origem, recrutada para o trabalho em suas indústrias. As colônias servem para extrair matérias-primas, como cobre, ouro e prata, transportadas para fomentar os Estados-Rei europeus. Com a maquinofatura em ascensão, os produtos fabricados são vendidos para as próprias colônias, vendendo o produto de suas próprias criações, valorando-os pela superexploração do trabalho. (Mbembe, 2018)

Após a independência, os europeus deixaram rastros e unificaram, a contragosto, comunidades de tribos rivais, dividindo o espaço africano conforme os interesses destes homens econômicos, dos conquistadores mais poderosos, no final do século XIX e no período entre guerras, fomentando o que se denomina de necropolítica, conforme Mbembe (2018), na Figura 1 abaixo.

Figura 1– Colonizadores da África



Fonte: Mídias Digitais. Cartografia. Adaptado por Toni Junior (2023a).

Famílias inteiras de comunidades africanas, em especial da África Subsaariana, perdem sua cultura e seu legado. Famílias são separadas em prol de oportunidades simplistas da

mais valia, indo em direção às metrópoles em busca de melhores condições, onde encontram um cenário hostil e de vida precária, em que muitos destes trabalhadores não conseguem mais regressar e ver sua geração com o passar do tempo.

O estrago motivado pela ganância neoliberal na África, conforme Mbembe (2021), fez com que, após suas independências, formassem regimes autoritários de monarquias, em que, sem direito ao voto, a população fica a serviço de normas impostas pela ditadura e de regimes cruéis de quem ousa desafiar este novo sistema da necropolítica, que é a formação do déspota e das desigualdades socioeconômicas e de direitos, em que muitos não têm sequer alimentos e moradia, enquanto a elite detém o poder e a totalidade da riqueza do território, agora conquistado neste novo sistema do autoritarismo interno.

2. Consequências do neoliberalismo nos corpos vulneráveis: Fazer viver ou deixar morrer

Como destaque, podem-se citar leis arbitrárias de penas de morte em países contra a prática da escolha de seu gênero, com pena de morte para pessoas não heterossexuais, como em Uganda, Nigéria, Mauritânia e Brunei, conforme informação da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (International Gay And Lesbian Association, 2020).

Além da pena de morte, há leis divergentes que remetem à interpretação do Estado sob a condição da não heterossexualidade ser praticada no casamento entre homens e mulheres ou na prevalência de corpos vistos em companhia de pessoas solteiras ou que assumem a homo-transsexualidade e podem sofrer sanções penais do Estado, como prisão e perda de direitos. É o caso da Somália e de mais 69 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), que possuem restrições à homo-transsexualidade, 31 deles se encontram na África. Percebe-se, ainda, segundo o relatório publicado pela Associação Internacional de Gays e Lésbicas (International Gay And Lesbian Association, 2020), mudanças de posicionamento em alguns Estados, que passaram a deixar os homossexuais lá residirem, como Angola, Botswana e Gabão.

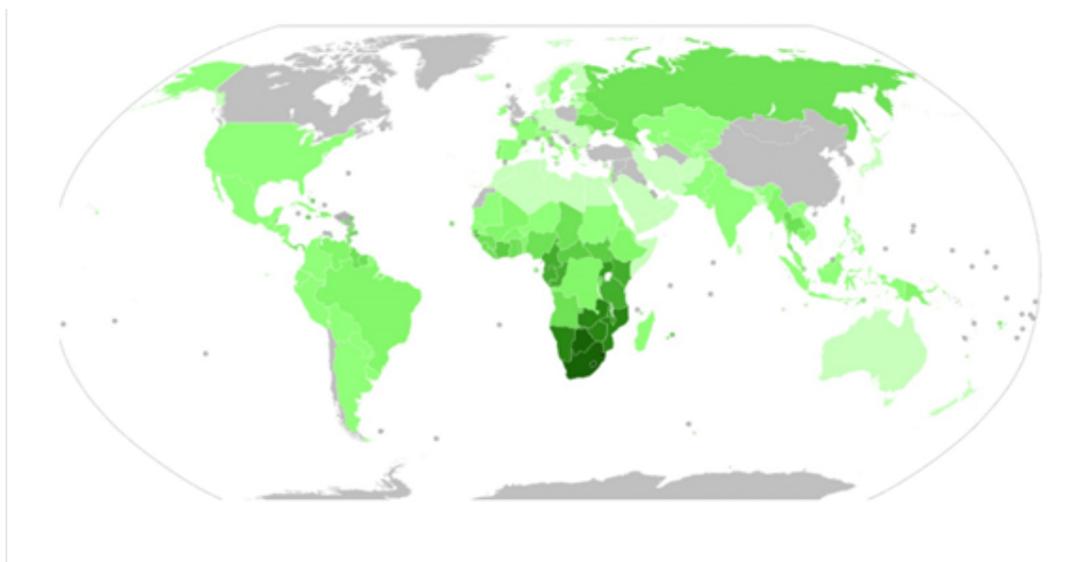
Em países do Oriente Médio, seus habitantes também sofrem com preconceito de gênero, inclusive as mulheres, devido ao modo de interpretação da lei Islâmica. Muitos destes Estados possuem altos índices de riqueza, mas elevada desigualdade, em

termos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), como também ocorre em países do Caribe e na Oceania (Organização das Nações Unidas, 2022).

O legado de ausência de políticas públicas, nesses países que estão fora das normas, conforme Bourdieu (2011), levou, com o passar dos anos, ao apogeu da desigualdade entre dominantes e dominados, trazendo à tona relações de pertencimento de quem esteve submisso ao imperialismo frente à retaliação das grandes potências. Foi um período em que países foram divididos sem respeitar a cultura original de seus povos, ao colocar povos de etnias rivais em um mesmo território. A dilapidação das riquezas naturais destes países, para impulsionar o lucro e a manutenção da riqueza da Europa, fez com que os povos colonizados comprassem produtos acabados onde a matéria-prima lhes pertencia, perpetuando a desigualdade.

A corrupção e a pobreza fazem com que se destaquem altos índices de mortalidade por Aids, como a *Essuatíni*, que possui, segundo dados do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (Organização das Nações Unidas, 2021), mais de 28% de sua população adulta contaminada com o vírus. A mesma fonte informa que a maioria dos cinquenta países com mais contaminados no mundo, *per capita*, estão no continente africano, além de nações da América Central, como o Haiti e a Jamaica. Pode-se destacar que os países com mais de 10% de sua população adulta contaminada estão na África. Além da nação citada, há Lesoto, Botswana, África do Sul, Zimbábue, Namíbia, Moçambique e Zâmbia, conforme a Figura 2 abaixo.

Figura 2 – Contaminados pela pandemia da Aids, população *per capita*



Fonte: Mídias Digitais. Cartografia . Adaptado por: Toni Junior (2023b).

O IDH divulgado desde 1990, conforme a Organização das Nações Unidas (2022), mostra um panorama das nações, em termos de renda *per capita*, saúde e educação, notando que os países da África sempre estiveram nas últimas posições do *ranking*, com alguma melhoria quando se adotam práticas de segurança e políticas contra a fome e a pobreza e reconhecimento de direitos a favor da igualdade de gênero. Ainda são as nações, quando se comparadas com outros países, que possuem as maiores taxas de mortalidade infantil, expectativa de vida e de forma regressiva, baixos índices de saneamento básico, água potável, habitação, igualdade de gênero, renda *per capita* e acesso à internet.

As bases do estado de bem-estar social, *welfare state*, se caracterizam por aumentar o papel do Estado na economia. Nesse sentido, economistas da Escola de Frankfurt, desenvolvem formas de ajuda às populações desprovidas de salário digno e de aposentadoria para, ao final da vida lhes fornecerem as bases elementares de seu sustento, e de assistência de saúde para pessoas vulneráveis. Isso tem sido, de certo modo, positivo, no auxílio a pessoas de territórios subdesenvolvidos, em que se viu a necessidade da presença do Estado pela política do *welfare state* (Bourdieu, 2021b).

Pouco se avançou, todavia, em tratados internacionais, na ajuda mútua de redução das desigualdades na África. O objetivo era ter um mundo mais sustentável, no que se denomina desenvolvimento sustentável, em que os países se comprometem na ajuda mútua aos que demandam meios para realizar projetos sustentáveis.

Destaca-se, como exemplo, o manejo de rios com água potável que pode ser deslocada entre nações com escassez de água, em detrimento de nações em desenvolvimento ou subdesenvolvidas em que a água potável é substancial, porém não possuem políticas de preservação, sendo estratégias de ajuda entre nações, em que todos ganham.

Ademais, destaca-se a ajuda humanitária, com envio de médicos e aconselhamento contra pandemias, em territórios periféricos da globalização, e formalização de bases de consenso e diálogo diplomático. Estas seriam exemplos de práticas para preservação de direitos LGBTQIA+, ou seja, práticas de desenvolvimento sustentável, culminando em promoção igualitária e justa de recursos materiais e humanos.

Para Assis (2014), o surgimento de uma nova economia, a qual se pode designar de neocolonialismo, no século XX, conforme a Escola de Chicago, com menor intervenção do Estado na Economia, faz com que pautas de ajuda humanitária a outros países se tornem mitigadas em favor do econômico.

O pouco auxílio do Estado aos seus nacionais e a pouca ajuda a nações vulneráveis reduzem políticas de sobrevivência em conflitos. O mesmo ocorre em Estados que descumprem direitos humanos internacionais em prol de uma política de formação de blocos econômicos, como a União Europeia (EU), para que a riqueza seja ajustada no mercado financeiro entre iguais, entre os mais ricos, além de práticas como privatizações, reformas tributárias e previdenciárias, em que o cidadão pobre paga mais impostos, aposenta-se de forma tardia e contribuiu mais para receber um valor menor, que lhe permite apenas subsistência.

Políticas importantes a nível social (saúde e educação), onde a educação privada, a saúde pública passa a ter cada vez menos espaço nestes países de blocos econômicos, como o G-7, em que o cidadão deve arcar com a maior parte do que necessita quando precisar de um atendimento médico-hospitalar.

Nações em desenvolvimento também estão inseridas nas políticas socioambientais sem os mesmos resultados de redução de desigualdades socioambiental com a criação de blocos econômicos. Um deles é o BRICS, que reúne Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul, Argentina, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã, os últimos seis ingressaram recentemente em 2023. Nele, estão os dois países mais populosos do mundo (China e Índia), um país com elevado arsenal de destruição bélica (Rússia) e Estados emergentes na América do Sul, da África e Ásia. (Núcleo de Estudos dos Brics, 2023).

O BRICS, conforme Castanheira (2023), é um grupo de países com propensão a realizar comércio entre si e com o resto do mundo, pela quantidade de produção agrícola que há, no Brasil, por contar com os dois países mais populosos e propensos importadores de alimentos brasileiros, com a indústria chinesa e com o fomento da tecnologia da Índia, dos maiores produtores de petróleo do mundo de países que mais crescem no mundo.

O que faz estagnar estas relações são guerras internas, que fogem ao escopo do próprio bloco, como a guerra entre Rússia e Ucrânia, e as diferenças de cultura entre eles, além de diferentes sistemas e formas de governo, que se tem mostrado empecilho para a melhorias das relações comerciais entre países. Mesmo sendo a China o país que mais mantém relações comerciais com o Brasil atualmente, tem-se um cenário que vai além da política, em que os interesses da financeirização se sobressaem, como foi a pouca relação de diplomacia entre o ex-presidente do Brasil com a China entre 2018 a 2022.

3. Construção de um neoliberalismo marcado pela vontade de verdade e de menor desigualdades

A formação do banco do BRICS, em 2014, é uma forma, mas não a única, de dinamizar o comércio multilateral entre os países e seus parceiros vizinhos, como Brasil e Argentina. O ingresso de maior quantidade de países em desenvolvimento poderá contribuir para a formação futura de uma moeda única e trocas comerciais favoráveis a todos os membros participantes, com tratados de preservação dos ecossistemas ambientais, de acordo com o Núcleo de Estudos dos Brics (2023) com equilíbrio socioambiental entre si, sem provocar disparidades, como o arcabouço fiscal exigidos pela União Europeia (EU). O ingresso de um *quantum* de nações extremamente divergentes em diversos cenários socioambientais tende a ter maiores dificuldades de, por exemplo criar uma moeda comum.

Mesmo com a forte crise que a Argentina atravessa, ela possui, no BRICS, uma incipiente forma de financiamento, em que países podem acordar empréstimos com juros mais baixos com relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Necessário, para isso, diálogo, consenso e intercâmbio de capital, não apenas econômico, mas também diplomático, entre as nações, de forma que haja bem-estar socioambiental, um conceito mais amplo que vai além da riqueza e das variáveis sociais de um país e seus membros (Núcleo de Estudos dos Brics, 2023).

Bourdieu (2011), ao vivenciar, nos anos de 1990, o neocolonialismo, faz uma crítica. Para ele, a importância econômica medida por cálculos matemáticos não deve ser do ponto de vista sociológico e político maior para o bem-estar da população que

vive neste novo regime, pela sua perversão em aumentar o lucro da burguesia e reduzir bens essenciais a classe média e pobre como forma de riqueza de quem detém o capital, que são poucos empresários e investidores em todo o mundo frente a maioria absoluta da população pela concentração desigual de renda.

Bourdieu (1997) menciona que os fenômenos da mundialização da economia, não trazem a todos o bem-estar social e apenas uma pequena parcela privilegiada obtém ganhos econômicos e sociais em detrimento da maioria da população.

Sobre o aumento das tecnologias no ramo de educação, mídia e saúde, a evolução deste capital não está atrelada às massas, especialmente quando se menciona a guerra na Argélia, onde o campesinato perde sua origem natural pela conquista francesa e migra para as cidades populosas e mais desenvolvidas na França, em busca de melhores oportunidades de sobrevivência (Bourdieu, 2021b).

O acesso à internet, saneamento básico e água potável a melhores meios de exames de saúde para detectar doenças e a própria pandemia do novo coronavírus mostram as vulnerabilidades que a tecnologia neoliberal proporciona: países centrais que fabricaram as vacinas e desenvolveram práticas de incentivo a vacinação foram os que mais rapidamente controlaram a pandemia e conseguiram vacinar sua população. Como exemplo, cita-se a Índia, que, de forma híbrida, produziu e vendeu sua produção para nações mais ricas e desenvolvidas, ao invés de concentrar a totalidade de doses em seu país, o mais populoso do mundo (Ferreira, 2022).

O aumento da tecnologia, para Bourdieu, conforme Laval (2020), traz uma separação de quem possui acesso as redes de mídias digitais e de imprensa, como a moda, ou seja, uma cultura do capital em que a mídia em si possui o poder de dominar simbolicamente instituições, pelo seu alcance e de quem dela pode usufruir de seus benefícios. Uma pequena elite possui acesso à imprensa, podendo dispor de suas ideias, com impactos em instituições e em políticas públicas. A mídia entra na era de se ver e ir às ruas para se manifestar contra o aumento de anos de trabalho e conseguir se aposentar, na França, por exemplo. A disseminação do conteúdo midiático na *web* ocorre em segundos, com o advento da tecnologia midiática (Toni Júnior, 2022).

Esta tecnologia, que se aprimora após os anos 1990, possui suas tenções em nações desenvolvidas, para manter os anos de contribuição à previdência, exigir

melhores máquinas para realizar práticas cirúrgicas em hospital e exigir um ensino de qualidade mais capitalizada e menos burocrática, nos países do ocidente da Europa e dos Estados Unidos.

Na África, as pessoas continuam a depender de ajuda humanitária para sobreviver, com pouco acesso à tecnologia da internet e de bens sociais, como saúde e educação, com a maioria vivendo na miséria tentando sair de seus territórios, em guerras civis, para sobreviver. Há diferença entre a melhoria da qualidade de vida, que deve ser pressuposto basilar das instituições públicas e privadas para o bem-estar da população, e a própria luta de viver e de continuar vivo (Lopes, Fabrício, 2005).

Diante do aumento da poluição e do desmatamento, a quantidade de gases nocivos ao meio ambiente trará desequilíbrios naturais, caso não haja políticas públicas de preservação do meio ambiente global, e levará à piora da qualidade de vida no mundo, com catástrofes naturais que atingirá a todos, reduzindo a proteção de rios e mananciais para água potável no mundo. Neste caso, os países que ajudam a reduzir o desmatamento da Amazônia e de outras florestas estarão ajudando a si mesmos contra as intempéries climáticas, como aumento da temperatura, no plano que gera desastres ambientais em escala global (Roma, 2019).

O que se percebe, em nações onde o neoliberalismo possui uma tendência de reduzir o papel do Estado na economia, é que se criam políticas de contingência para minimizar problemas à população, priorizando a menor intervenção na economia, reduzindo subsídios sociais com meta prioritária no controle da política fiscal econômica.

Logo, os impostos pagos são revertidos aos interesses do Estado, onde nem sempre se preocupa com a melhor qualidade de vida possível, diferentemente de países como o Brasil, que possui uma carga tributária considerável e sua população não usufrui, em geral, desta contraprestação, havendo desigualdade nas variáveis socioambientais. Inclusive. Há pessoas que conseguem viver em áreas verdes, aumentando seu padrão e qualidade de vida, contrabalançando em outras variáveis não maximizadoras. Pontos de convergência é de que em países em que mesmo sem subsídio a corrupção e a punição tende a ser maior que no Brasil que concede uma

ampla gama de benefícios sociais sendo um dos países mais desiguais do mundo, dada a corrupção e barganha política-institucional do *lobby* (Laval, 2020).

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2022), com base em análise comparada de países que compõe a da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o Brasil, apontam que, a quantidade de países que o pagamento de impostos, *per capita*, são equivalentes em países desenvolvidos e em desenvolvimento ao alertar para a quantidade de impostos e para seu destino.

Pagar impostos possuem tendências iguais na porcentagem de ganhos entre nações da OCDE e o Brasil, porém para os primeiros, onde o corrupto sofre sanções, os valores destes impostos são realocados em áreas prioridades ao cumprir sua função social.

As formas de vida, conforme menciona Butler (2023), com o advento das tecnologias e das possibilidades de inserção na vida social, possuem também relações que vão além da sua própria inteligibilidade. Desta forma, há países em que, para se candidatar e conseguir bons salários no mercado de trabalho, tem-se que enfrentar uma barreira antiga, mas que se torna a cada dia mais restritiva, a quem não segue as normas de identidade de gênero “privilegiada”.

O diploma, a experiência e a capacidade em estar no lugar certo dependem de seu corpo, conforme Courtine (2013), e de como ele é visto por quem detém o capital e de seus representantes. A contratação para uma vaga de emprego com um bom salário, para um padrão de nações como os Estados Unidos e o norte da Europa, enfrentam as pessoas transgêneros ou que fogem ao heteronormativíssimo tecnocêntrico patriarcal (Toni Júnior, 2022).

Este público, branco e heterossexual, é consolado a reconviver com este mal, que pode acabar. Mas, não se percebe soluções de sexualidade ou de questões de gênero em seus sucessores que propague a igualdade das pessoas em seu gênero. Eles são desiguais, que necessitam, pela homo-transsexualidade percebida ou declarada, de tratamento ou se esconderem dos meios sociais, não havendo acolhimento e técnicas de melhoria de questões da mente humana, como há para os heterossexuais (Preciado, 2022; Butler, 2024).

Percebem-se as críticas de Paul Preciado (2022) à psicanalistas, pois a tecnologia nunca foi um fator que designou ajuda e acolhimento de instituições, do Estado e da sociedade as pessoas trans. Estas são reduzidas à desintegração, a buscar, por si mesmas ou por movimentos sociais entre iguais, técnicas e ajuda mútua de mudança de comportamento, no âmbito do conselho e da mudança de corpos, como a hormonioterapia, a *dildotech* e as técnicas de redesignação sexual, dinamizadas pela indústria do neocolonialismo europeu e estadunidense, para quem, além do socioeconômico, as desigualdades de gênero impõe a norma e exclui, produzindo pelas instituições de controle o patológico excluídos de círculos social pela sua voz, seus seios, seu genital ou pela sua simples forma de existir.

Dolan (2015) menciona que a convivência em sociedade, nos dias de hoje, é possível quando se pretende atingir sustentabilidade socioambiental, pois se espera que o sujeito possua condições de bem-estar positivas, ou seja, o acesso a bens para sua utilidade lhes traz felicidade. Porém, as variáveis apenas econômicas e sociais se tornam insuficientes para dizer sobre o sujeito em sua totalidade material e de reconhecimento de direitos, não se analisando seu bem-estar em vertentes como o meio ambiente e a igualdade de gênero.

Não há bem-estar socioeconômico em países com alto IDH, quando nesta sociedade há sujeitos que possuem sérios problemas que se pode denominar de infelicidade, quando buscam um serviço médico e são excluídos pelo tipo de dispositivo que a faz sofrer (Toni Junior, 2013).

A sociedade estará desenvolvida e seus habitantes satisfeitos nos dias atuais, quando variáveis outras, como a sexualidade e o gênero de pessoas homo-trans possam ser respeitadas nas políticas públicas dos segmentos socioambientais da mesma forma que uma pessoa heterossexual

Desenvolve-se, nesta era e nesta etapa histórica do mundo, variáveis de cunho subjetivo, como a sexualidade, dentre elas, pessoas transexuais que querem mudar seus corpos pela intervenção médica ou não, que querem alterar seu nome em cartórios sem a burocracia de um tribunal, que querem andar de cabeça erguida nas ruas das cidades sem o medo da morte ou da intolerância de gênero (Butler, 2024).

Países como os Estados Unidos, a maior economia do mundo, possui problemas em relação à questão policial, quanto ao racismo, da mesma forma que países do ocidente europeu sofrem com a intolerância de gênero, nas ruas de Milão, Londres e Berlin e outras, também no Brasil, como em São Paulo e Rio de Janeiro (Organização das Nações Unidas, 2022).

Assim, a indiferença do descumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-5), que estão além do desenvolvimento, incluindo-se a igualdade ou a desigualdade de condições de gênero, no próprio índice de desenvolvimento socioambiental, é visível.

Países que não respeitam, ou respeitam pouco, as pessoas pela sua orientação sexual ou identidade de gênero, poderiam cair em um *ranking* de instituições, como a ONU. Nesse caso, a mobilização internacional poderia servir como base de apoio a estes sujeitos invisíveis que, pela sanção internacional, poderiam rever suas políticas de reconhecimento de direitos e melhorar sua imagem no cenário global. Em alguns países da África, como a Mauritânia, tem-se a pena de morte, além da intolerância do gênero em países de reconhecimento bélico-nuclear como a Rússia.

Pela divulgação dos dados, países com IDH muito alto, com destaque para os países nórdicos e os Países Baixos, há maior aceitabilidade em relações de gênero que outros Estados, como Estados Unidos e Rússia, que foram, até 1989, o centro das atenções mundiais na Guerra Fria.

As diversas formas de intolerância, destacadas por restrições à sexualidade não heterossexual, na Rússia e nos países do Oriente Médio, podem ser mediadas pela diplomacia internacional, sem tirar-lhes o modelo cultural em que vivem, que são suas próprias raízes de convivência.

Espera-se, contudo, que, nestes países acima, não haja mais eventos de impedimento da liberdade de sexual, em termos de existir, de deixar viver ou de fazer morrer, que as organizações que tratam de acordos e tratados de direitos humanos tomem as providências, com sanções a países islâmicos, e que coloquem como condição de cultura a centralidade do divino para matar ou tirar a liberdade de pessoas que destoam a cultura tradicionalista cigênera e não transexual.

A sociedade internacional parece indiferente à Rússia, no tocante ao seu descumprimento da ODS-5 (2023), que versa sobre a desigualdade de gênero no mundo, em meio à guerra da Ucrânia: Este país tem tomado medidas de repressão da sexualidade, o que pode levar a consequências de conteúdo repressor, como impedir a liberdade de expressão de gênero em público.

Nações que tiveram um passado de terem sido colônias de exploração, onde foram conquistados e subtraídas suas riquezas e que vivem até os dias de hoje a margem dos países de alta sustentabilidade sociomambiental como o Brasil, desigualdades está que faz ser o país mais letal para pessoas transgêneras no mundo, sendo pelo décimo quinto ano consecutivo o país onde há maior incidência de mortes de pessoas transgêneras (Benevides, 2024).

Entre as várias formas de repressão ao gênero não heterossexual, conforme Benevides (2024), nestes países, há a proibição de pessoas, que nasceram com o mesmo sexo (mas se sentem atraídas pelo mesmo sexo), de andar de mãos dadas nas ruas, visto que a identidade e a expressão de gênero pela sua distinção geram perseguição e ódio pelo diferente, por instituições administrativas e judiciárias, como a polícia, pela subjetividade e pelo poder de matar quem está fora das normas.

A exposição homo-transsexual, ao estarem nas ruas com vestimentas contrárias à sexualidade aceita, as levam a serem executadas pelo governo, conforme previsto em lei e é considerado normal naquele espaço. O mesmo ocorre em países, como o Brasil, onde existe determinada “proteção”, mas que ainda é o país que mais mata pessoas trans no mundo, conforme Benevides (2024). No Brasil, são raros os casos de solução de punição a quem mata pelo ódio, atrelado a uma política de Estado em que inquéritos policiais são arquivados e, muitas vezes, o homicida que alega legítima defesa fica impune.

Estes espaços não conseguem mensurar países, pois, nos mais intolerantes, nem as organizações internacionais, como a ONU e a *Transgender Europe* (TGEU, 2022), que mensuram mortes de pessoas transgêneras em nível global, conseguem adentrar seus limites e manter diálogo.

Várias podem ser as formas de resolução desta desordem, no que tange à falta de compromisso com os direitos humanos, que não protegem comunidades susceptíveis à

violência, o acesso a variáveis sociais como à saúde, educação, habitação, segurança pública.

Dentre as sanções, podem estar a não comercialização com estes Estados, a diplomacia como forma de conduta, sanções econômicas para começarem a mudar suas formas de tratar pessoas que querem e possuem a legitimidade de ser e gostar de quem se quer e que não se espera uma mudança imediata. Mas, é necessário começar por estas instituições, que fazem parte os países mais desenvolvidos do mundo, como a UE, além de tribunais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDM).

Em um mundo globalizado, conforme Butler (2024), há países que estão fora desta mundialização, em vidas precárias, que apenas querem sair da tragédia em que vivem e os demais, a maioria, pouco fazem para intervir, sendo que, em muitos deles sequer se sabe o que de fato ocorre dentro de seus territórios.

Caso emblemático mencionado pela *Human Dignity Trust* (2024) a Coreia do Norte, e o receio do ingresso de nações que discordam da forma de governo, mas pelo outro lado possuem o receio de uma guerra nuclear.

Nestas condições, o mundo globalizado permite que um pequeno país se torne um centro mundial de destruição. Dessa forma, teriam usado países, como Coreia do Norte, Rússia e países da África, além da China, para impor a livre liberdade do neocolonialismo e dos direitos humanos para si, com o fim de criar a destruição do mundo e, quando conseguiram, transformarem-se em potências de destruição. (Human Rights Watch, 2021).

Uma das respostas é que guerras nucleares atingem territórios e população, inclusive de quem usou estas táticas, que destroem o mundo e a si, mesmo não querendo faz parte do todo. Desta forma, os erros do neocolonialismo e da globalização são identificados quando cerca de 200 países se unem e poucos se negam a fazer a pluralidade de obrigações de sustentabilidade e bem-estar nas diversas formas de viver em um mundo saudável.

Alguns países se esquecem de que sua paz depende também de impedir que a tirania se instaurasse em outras nações, de que a ganância econômica pelo poder e pelo capital falam mais alto na diplomacia do que a contenção de que estes comecem a se

preocupar com conflitos bélicos de destruição, que podem destruir qualquer sistema de capital.

Considerações finais

O estudo das Relações Internacionais atualmente está além de dados e análises pouco abrangentes de variáveis que pouco se aborda nas Ciências, especialmente sobre gênero, aqui abordado sob a ótica das pessoas transexuais.

A globalização possui carências aquém da média da população mundial, de acesso a direitos básicos de saúde, educação e, especialmente, de segurança pública, sendo o Brasil o país que mais mata pessoas transexuais no mundo (Human Dignity Trust, 2024).

A relevância de trazer Foucault e Bourdieu, que abordaram, em seus trabalhos, aspectos dos sujeitos infames, excluídos e que, pela luta e pela resistência, dia após dia, tentam estar no mercado globalizado imposto, mas que exclui, que gera desemprego, pobreza e desigualdades no âmbito material e simbólico.

Para tanto, instituições, como a Organização das Nações Unidas (2022) buscam enfatizar que o bem-estar de uma nação não está na riqueza monetária, como o PIB, mas também na qualidade de vida social, em variáveis como saúde, educação, segurança pública, repartição da riqueza e respeito às instituições, à liberdade e à paz social de todos os sujeitos, inclusive sobre o tema do gênero, que ambos os autores desenvolveram ao longo de suas vidas.

A solução para as teorias bourdesiana e de Foucault, no século XX, seria que o Estado necessita intervir, para não haver catástrofes de natureza econômica ou social, e estas formas de governo liberal, neoliberal, ortodoxa ou outra não trouxeram a paz e a solidariedade para um mundo cada vez mais desigual.

No mundo globalizado em que vivemos, o bem-estar e igualdade social das pessoas em termos de emprego, renda, saúde, habitação e sua relação com o meio ambiente são variáveis imprescindíveis para que um país possa ser designado de alto desenvolvimento sustentável. Pode ser feita uma crítica de que antes do advento do IDH, que mensura renda, saúde e educação, um país era considerado desenvolvido apenas no que tange aspectos de renda e PIB. Mesmo com a inclusão de duas variáveis

sociais, houve melhores condições para mensurar um país de forma quantitativa quando uma nação além da renda atribui a seus nacionais qualidade de vida social.

Conforme Scott (2002) países como China, Estados Unidos, Índia e Brasil que estão entre as maiores economias do mundo, não possui o mesmo desempenho quando se analisa as variáveis sociais.

Desta maneira, declinam no *ranking* do IDH quando se compara com a riqueza bruta das nações, em razão das desigualdades sociais e de gênero, corrupção e políticas públicas pouco efetivas em eixos de relevância como a preservação ambiental, acesso à internet, economia verde e solidária, incentivo ao manejo de plantio de áreas verdes nas cidades aliado a energias renováveis, combate ao desmatamento das grandes florestas como a Amazônia e queda na poluição dos países ricos referente a produção industrial.

Embora Foucault e Bourdieu não tenham realizado nenhuma citação entre si, questões desenvolvidas por ambos, sobre biopolítica, animismo e neocolonialismo, se entrelaçam e chegam a conclusões no uso de dispositivos diversos. Porém, de maneira que se pode chegar a uma afinidade na busca de que o sujeito necessita de forças para reagir a uma situação que lhe é imposta. Este artigo visa mostrar a comunidade científica que comércio, industrialização, taxa de câmbio e paz estão além do capital financeiro, atualmente, ele se insere no capital bio-humano de uma sociedade livre e de governos que aplicam a justiça social no dispositivo forma macro-social.

Referências

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. (2014). Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. **Caderno CRH**, 27 (72): 613-627. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/mT3sC6wQ46rf4M9W7dYcwSj/?format=pdf&lang=pt>]. Acesso: 2/12/2023.

AVELINO, Nildo. (2016). Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, (21): 227-284. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/kKNBtT4w5565CjN37BtNm8q/?format=pdf&lang=pt>]. Acesso: 9/01/2023.

BENEVIDES, Bruna. (2024). **Dossiê 2024. Assassinatos e violências contra mulheres transexuais e travestis em 2023**. Brasília: Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Disponível em: [<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>]. Acesso: 2/04/2024.

BLAIKIE, Norman. (2010). **Designing Social Research**. Stafford, BC: Polity.

BOURDIEU, Pierre. (1997). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes.

- BOURDIEU, Pierre. (2011). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva.
- BOURDIEU, Pierre. (2021a). **O Baile dos Celibatários: crise da sociedade camponesa no Béarn**. Trad. Carolina Pulici. Ed. Unifesp. São Paulo. .
- BOURDIEU, Pierre. (2021b). **O Desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. Ed. Perspectiva. São Paulo.
- BUTLER, Judith. (2023). **Corpos que Importam: os Limites Discursivos do “Sexo”**. São Paulo: N-1 Edições. .
- BUTLER, Judith. (2024). **Quem tem medo do gênero**. São Paulo: Ed. Boitempo.
- CASTANHEIRA, Nuno Pereira. (2023). Crise ecológica e os sistemas de conselhos arendtiano: para uma resposta política à exclusão e precariedade. In Butturi Junior, Atílio, et al. (ed.). **Vidas Precárias, Vidas Inventadas**. Campinas: Ed. Pontes.
- COURTINE, Jean Jacques. (2013). **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Petrópolis: Ed. Vozes.
- DOLAN, Paul. (2015). **Felicidade Construída**. São Paulo: Ed. Objetiva.
- FERREIRA, Iago Gonçalves. (2022). A globalização na conjuntura pós-pandemia da Covid-19: vulnerabilidades e desafios da integração e interdependência econômicas. **Dialógos Internacionais**, 9 (93). Disponível em: [<https://www.ufrgs.br/ppgeei/wp-content/uploads/2023/06/A-globalizacao-na-conjuntura-pos-pandemia-da-Covid-19-vulnerabilidades-e-desafios-da-integracao-e-interdependencia-economicas.pdf>]. Acesso: 14/04/2023.
- FOUCAULT, Michel. (2003). **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. (2004). **Por uma vida não-fascista**. São Paulo: Org. Coletivo Sabotagem.
- FOUCAULT, Michel. (2008). **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-75)**. São Paulo: Livraria Martins e Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (2010). **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. (2011). **A coragem da verdade**. São Paulo: WMF Martins.
- FOUCAULT, Michel. (2014). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Ed Vozes.
- FOUCAULT, Michel. (2023). **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes.
- HUMAN DIGNITY TRUST. (2024). **Map of Jurisdictions that Criminalise LGBT People**. Disponível em: [https://www.humandignitytrust.org/lgbt-the-law/map-of-criminalisation/?type_filter=death_pen_applies]. Acesso: 15/04/2024.
- HUMAN RIGHTS WATCH. (2021). **Human Rights Watch Country Profiles: Sexual Orientation and Gender Identity. Word Reporter 2021**. Disponível em: [<https://www.hrw.org/report/2021/04/29/sexual-orientation-and-gender-identity>].

www.hrw.org/video-photos/interactive/2021/04/23/country-profiles-sexual-orientation-and-gender-identity]. Acesso: 04/03/2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (2022). **Estudo compara sistemas tributários de países da OCDE com o brasileiro**. Disponível em: [<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/11494-estudo-compara-sistemas-tributarios-de-paises-da-ocde-com-o-brasileiro?highlight=WyJicmFzaWwiLCInYnJhc2lsIiwYnJhc2lsJyIsImJyYXNpbCculiwiYnJhc2lsJywiLCInYnJhc2lsJyJd>]. Acesso: 12/04/2023

INTERNATIONAL GAY AND LESBIAN ASSOCIATION. (2020). **Anual Review**. Disponível em: [<https://www.ilga-europe.org/report/annual-review-2020/>]. Acesso: 5/03/2022.

LAVAL, Christian. (2020). **Foucault, Bourdieu e a Questão Neoliberal**. São Paulo: Ed. Elefante.

LOPES, Luiz Paulo da Moita; FABRÍCIO, Branca Falabella. (2005). Discurso como Arma de Guerra: Um Posicionamento Ocidentalista na Construção da Alteridade. **Revista Delta**, 21: 239-283. Disponível em: [<https://www.scielo.br/j/delta/a/7xqCzzMgHsGM3rWFRx5Ybfb/?format=pdf&lang=pt>]. Acesso: 18/12/2022.

MBEMBE, Achille. (2018). **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições.

MBEMBE, Achille. (2021). **Políticas da Inimizade**. São Paulo: N-1 Edições.

NÚCLEO DE ESTUDOS DOS BRICS. (2023). **A cúpula do Brics 2023 em perspectiva: uma análise dos resultados e do processo de expansão do grupo**. Disponível em: [<https://www.ufrgs.br/nebrics/a-cupula-do-brics-2023-em-perspectiva-uma-analise-dos-resultados-e-do-processo-de-expansao-do-grupo/>]. Acesso: 04/12/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2021). **Estatísticas Mundiais sobre o HIV: Folha de Dados de 2021**. Disponível em: [https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2023/05/06-Pessoas-em-Prisoas-e-Outros-Ambientes-Fechados_PT.pdf]. Acesso: 02/04/2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2022). **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano 2022**. Disponível em: [<https://www.undp.org/pt/angola/news/relatorio-de-desenvolvimento-humano-2022>]. Acesso: 06/02/2023.

PRECIADO, Paul. (2022). **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas**. Rio de Janeiro: Zahar.

ROMA, Júlio César. (2019). **Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: [<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v71n1/v71n1a11.pdf>]. Acesso: 15/04/2023.

SCOTT, William. (2002). Education and sustainable development: challenges, responsibilities, and frames of mind. **The Trumpeter**, 18 (1): 22-34.

TGEU. (2022). **Trans Rights Maps**. Disponível em: [<https://tgeu.org/trans-rights-map-2021/>]. Acesso: 06/12/2022.

TONI JUNIOR, Claudio N. (2013). **Análise de indicadores metodológicos de sustentabilidade socioambiental**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Orientador Profa. Dra. Magda Adelaide Lombardo).

TONI JUNIOR, Claudio N. (2022). Mídia, poder e verdade: discursividade do corpo transgênero. **Nhengatu**, 1 (6): 282-300.

TONI JUNIOR, Claudio N. (2023a). Cartografia Digital. Mapa Temático. Elaboração no software Arcgis 10.2.

TONI JUNIOR, Claudio N. (2023b). Cartografia Digital. Mapa Temático. Elaboração no software Qgis.